

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva da Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, este último acompanhado dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Os resultados econômico e financeiro da PBGÁS para 2018 refletem o esforço da Companhia para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade dos negócios a longo prazo. Manter a equação do crescimento diante do baixo desempenho da economia tem sido um desafio constante para a Companhia e seus colaboradores. Mesmo com cenário desfavorável e com um aumento expressivo no suprimento as metas estabelecidas foram superadas.

Com a missão focada no desenvolvimento da infraestrutura de gás canalizado do Estado da Paraíba, a Diretoria assume o compromisso de seguir trabalhando com qualidade e excelência na prestação do serviço de gás canalizado, agregando valor em consonância com os seus direcionadores estratégicos.

TATIANA DA ROCHA DOMICIANO
Diretor-Presidente

GIOVANE SILVA DA ROSA
Diretor Administrativo e Financeiro

PAULO SÉRGIO DE SÁ CAMPOS
Diretor Técnico-Comercial

2. A EMPRESA

A Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma Sociedade de Economia mista, criada na forma da Lei Estadual 5.680 de 17 de dezembro de 1992, tendo concessão para exploração, com exclusividade, dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba pelo prazo de cinquenta anos, conforme contrato de concessão firmado em 30 de dezembro de 1994.

Com o início de suas operações, em 1995, a Companhia partiu efetivamente para a exploração da atividade de distribuição de gás canalizado no Estado, conforme a Lei nº 9.493/94, e desde então vem contribuindo para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social da Paraíba. Em sua formação, a Companhia tem a representação do Estado da Paraíba como acionista controlador, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, bem como dos acionistas Petróleo Gás S/A - GASPETRO controlada da Companhia Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Desde a sua criação, a PBGÁS tem investido em infraestrutura de dutos de distribuição, realizando estudos técnicos e de mercado necessários à garantia de melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás canalizado no Estado, atendendo a clientes dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, em estreita sintonia com as questões socioambientais.

Atualmente, a rede de distribuição da Companhia está presente em onze municípios do Estado: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A PBGÁS atende também, por meio de GNC, os municípios de Guarabira, Patos e Remígio.

A Agência Reguladora do Estado da Paraíba – ARPB, é o órgão competente por fazer cumprir o Contrato de Concessão, regulando as relações entre o poder Concedente, a PBGÁS e os usuários do serviço público. Dentre suas atribuições estão a aprovação da Margem Bruta de Distribuição, a homologação tarifária e a regulação da atividade de distribuição de gás canalizado nos limites do Estado da Paraíba.

3. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba

VISÃO 2023: “Até 2023 ser reconhecida nacionalmente pela eficiência na gestão”

VALORES: Ética, Confiança, Cuidado com as Pessoas, Segurança e Satisfação dos Clientes.

4. GOVERNANÇA

A estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é formada por órgãos

colegiados e Diretoria Executiva: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

5. ADMINISTRAÇÃO

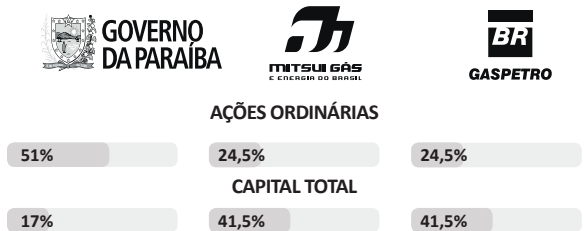
Conselho de Administração: Marcelo Antônio C. Cavalcanti - Estado da Paraíba; Gilberto Carneiro da Gama - Estado da Paraíba; Tatiana da Rocha Domiciano - Estado da Paraíba; Marcus Vinícius T. Peçanha – GASPETRO - Petróleo Gás S/A e Raimundo Barreto Bastos – Mitsui Gás e Energia do Brasil LTDA.

Conselho Fiscal: Paulo Márcio Soares Madruga - Estado da Paraíba; Elisabete Penha Maia – GASPETRO - Petróleo Gás S/A e Jaime Cerqueira Lima Isensee – Mitsui Gás e Energia do Brasil LTDA.

Diretoria Executiva: Tatiana da Rocha Domiciano – Diretora Presidente; Paulo Sérgio de Sá Campos - Diretor Técnico-Comercial e Giovane Silva da Rosa - Diretor Administrativo e Financeiro.

6. ACIONISTAS

A PBGÁS tem como acionista majoritário o ESTADO DA PARAÍBA, que participa com 51% das ações ordinárias e 17% do capital total, a GASPETRO, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), participa com 24,5% das ações ordinárias e 41,5% do capital total, e a MITSUI Gás e Energia do Brasil, uma holding controlada pela Companhia japonesa Mitsui & Co. Ltda. que possui participação societária de 24,5% das ações ordinárias e 41,5% do capital total.



7. RECURSOS HUMANOS

O bom desempenho do nosso modelo de negócio passa pela excelência da atuação dos nossos colaboradores que, quanto mais alinhados à cultura e aos valores da PBGÁS, melhor contribuirão para a conquista da Excelência Empresarial.

Em linha com seu compromisso de contínuo desenvolvimento, a PBGÁS conta com um corpo de 70 colaboradores que constituem a base para o crescimento planejado para a Companhia. Em relação aos custos totais com pessoal e o investimento em programas de treinamentos e capacitação houve um crescimento de 12% em relação ao ano de 2017.

Em continuidade aos programas de treinamentos e capacitações presenciais, a PBGÁS oferece desenvolvimento à distância para os seus colaboradores. São cursos oferecidos por meio de parceria com a Secretaria de Administração do Governo da Paraíba, como o programa Mais Capacitação na plataforma Ilha do Aprender.

A Companhia oferece também oportunidades de estágios universitários, contribuindo para a formação profissional desses jovens. No ano de 2018 a PBGÁS proporcionou aprimoramento profissional para 15 estagiários.

Como retorno do investimento no desenvolvimento humano temos a manutenção do baixo turnover e do histórico de bons resultados colhidos pela PBGÁS. Deste modo, uma gestão voltada ao desenvolvimento de lideranças, programas de treinamentos de pessoal e benefícios tem sido um objetivo buscado pela Companhia.

8. BUSCA PELA EXCELÊNCIA

Ao longo dos últimos anos a PBGÁS vem promovendo mudanças e adequações significativas em sua gestão, buscando permanentemente sua maturidade empresarial. Neste contexto a Companhia adotou o Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade que está alicerçado em um conjunto de Conceitos Fundamentais e estruturado em Critérios e Requisitos com foco no estímulo à organização para obtenção de respostas, por meio de práticas de gestão, sempre com vistas à geração de resultados que a torne mais competitiva.

Acompanhando as mudanças de cenários e as transformações ocorridas no mercado de gás natural, a PBGÁS revisou e aprimorou, no período de julho a setembro de 2018, a Missão, a Visão e os Valores da Companhia, bem como os objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos estratégicos. Foram realizadas sete reuniões que resultaram nas ações de revisão da identidade organizacional, análise de cenários e matriz swot, atualização do mapa estratégico, dos planos de ação dos projetos e priorizações destes por meio da análise de maturidade dos mesmos, ambos tratados sob o aspecto de “missões” a serem cumpridas pelas equipes.

Estas ações culminaram no Plano Estratégico e de Negócios com horizonte 2019-2023, com vistas a uma agenda capaz de alinhar seus objetivos estratégicos e ações ao atual cenário de mercado do gás natural, à sustentabilidade da Companhia e aos interesses da sociedade paraibana.

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL, DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Os investimentos da Companhia por meio de apoio aos projetos de incentivo à cultura e ao esporte e as ações socioambientais tem como objetivos fundamentais a ampliação do impacto socioambiental positivo e o fortalecimento do relacionamento de confiança entre a PBGÁS e a sociedade. As ações empreendidas permitem que se visualize o forte comprometimento com os princípios e valores de confiança e cuidado com as pessoas preconizados nas declarações de identidade organizacional da Companhia, bem como com a materialização de sua visão 2023. Dentre essas ações, destacam-se:

- Patrocínio ao Esporte por meio de apoio financeiro à Associação Atlética das Pessoas com Deficiência (AAPD), que possui equipes de basquete em cadeira de rodas e atletismo; • Patrocínio à Corrida contra a Corrupção - Etapa João Pessoa, promovida pela Associação dos Delegados da Polícia Federal; • Patrocínio ao Campeonato Paraibano de Kart – Circuito Paladino no Município de Conde –PB; • Patrocínio ao Fórum Inovar e Construir promovido pelo SINDUSCOM-PB
- Patrocínio e parceria com o evento CASACOR Paraíba 2018;
- Patrocínio e participação no 47º Encontro da Cerâmica Vermelha.

No âmbito da Responsabilidade Ambiental a Companhia integra o Comitê Gestor da mata do Xém-Xém e junto com outras entidades participa das ações de elaboração de plano de manejo e de visitação para o parque localizado em Bayeux.

A Companhia está comprometida com desenvolvimento das 15 diretrizes de Segurança Meio-ambiente e Saúde, promovendo, continuamente, ações de Diálogo Diário de Segurança, sistemática para identificação de Aspectos e Avaliação de Impactos Ambientais, identificação de Perigos e Avaliação e Controle de Riscos. Também promove as ações da CIPA com destaque para a semana de prevenção de acidentes (SIPATMA).

A PBGÁS iniciou em 2018 o engajamento ao Relatório de Sustentabilidade da Plataforma Ethos, constituindo um passo importante de gestão sustentável.

8. RESULTADOS 2018

A Companhia fechou o ano de 2018 com 325,6 Km de extensão total de rede de distribuição, sendo 242,8 km de rede em aço e 82,8 km de rede em PEAD. Atualmente, a rede de distribuição da Companhia está presente em onze municípios do Estado: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A PBGÁS atende também, por meio de GNC, os municípios de Guarabira, Patos e Remígio.

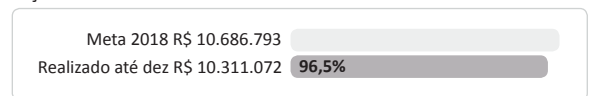
A PBGÁS apresentou no final do exercício de 2018 um resultado operacional 26,1% acima do previsto e o resultado líquido do exercício superou a previsão orçamentária em aproximadamente 75%.

O segmento residencial apresentou um nível de realização de 97,8% da meta prevista para o ano, agregando 3.248 novos clientes residenciais.

9. INVESTIMENTOS

Para 2018 o investimento total efetivamente realizado foi de R\$ 10,7 milhões, ou seja, o maior dos últimos sete anos, superando o ano anterior em R\$ 2,1 milhões, constituindo um dos melhores desempenhos da história da Companhia. Os investimentos em saturação e expansão adicionaram aproximadamente 14.800 metros de dutos de distribuição, totalizando uma extensão de 325,6 km de Rede de Distribuição de Gás Natural.

O Gráfico a seguir mostra o nível de realização da meta de investimento total de 2018, onde se verifica a realização de 96,5% da previsão orçamentária.

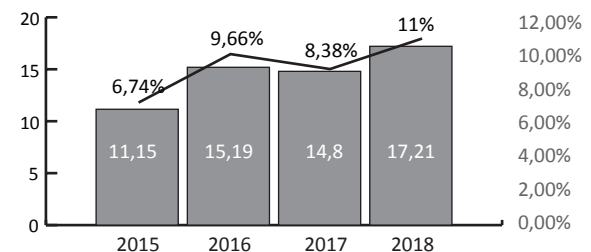


10. RECEITA BRUTA

A receita bruta realizada ao final de 2018 foi superior à prevista em aproximadamente 10%, resultado influenciado diretamente pelo aumento do preço do gás nos meses de agosto e novembro, bem como pelo bom desempenho das vendas da Companhia, o que também contribuiu para a performance verificada na receita bruta.

11. EBITDA

O EBITDA (lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização) obtido em 2018 foi de R\$ 17,2 milhões, o que representa um acréscimo de 16% ao EBITDA realizado em 2017 (R\$ 14,8 milhões).

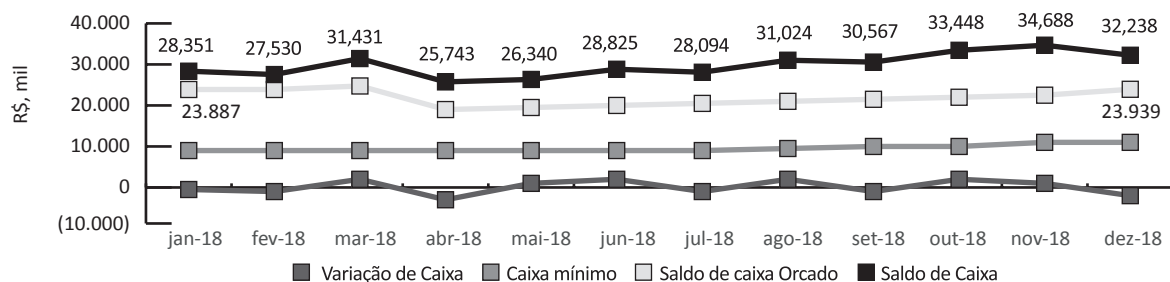


12. FLUXO DE CAIXA

O saldo de caixa no final de 2018 foi de R\$ 32,2 milhões, o que representa um acréscimo de R\$ 3,3 milhões em relação ao saldo de caixa obtido em 2017 que foi de R\$ 28,9 milhões..

Em 2019 está previsto o pagamento integral da distribuição dos lucros relativos ao exercício de 2018, sob a forma de Juros sobre Capital Próprio (JSCP), sendo a primeira parcela no valor de R\$ 3,79 milhões, a ser paga em abril de 2019, e duas parcelas de R\$ 2,38 milhões de Dividendos Adicionais, nos meses de abril e setembro de 2019.

O Gráfico a seguir mostra a evolução do saldo de caixa mensal da Companhia durante o ano de 2018. Como se percebe, a curva realizada manteve-se acima da curva orçada ao longo de todo o ano de 2018, encerrando o exercício com saldo de R\$ 32,2 milhões, acima do orçado para o exercício em 34,7%.

Gráfico 15 - Fluxo de Caixa 2018

13. RESULTADO LÍQUIDO

Resultado Líquido: Em 2018, a Companhia obteve um resultado líquido positivo da ordem de R\$ 11,2 milhões, correspondente a 7,2% da receita líquida do exercício, representando um incremento de 10% quando comparado ao resultado líquido do ano de 2017.

14. PLANO DE INVESTIMENTOS

No horizonte dos próximos cinco anos, a PBGÁS planeja investir um total de R\$ 54,7 milhões, dos quais R\$ 39,2 milhões serão investidos na expansão, saturação, segurança e melhoria da rede de distribuição. Para o ano de 2019, a previsão é de realização de um investimento total da ordem de R\$ 12,4 milhões, com destaque para os seguintes projetos:

- Expansão do Residencial e Comercial – João Pessoa; • Expansão Residencial e Comercial – Borborema; • Saturação Industrial; • Saturação Residencial e Comercial – João Pessoa; • Saturação Residencial e Comercial – Borborema; • Modernização das estações; • O&M; • Gestão – Informática; • Projetos de Gestão – ERP / GGÁS;

No período 2020 a 2023 merecem destaque:

- Projeto Porto de Cabedelo até 2021; • Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Borborema até 2023.

A tabela abaixo apresenta a previsão de investimento para o período de 2019-2023, em R\$ MM.

Item	2019	2020	2021	2022	2023
Total	12,43	13,37	10,85	9,02	9,04

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - Em milhares de Reais

Ativos Circulantes	Notas	31/12/2018	31/12/2017	Passivos Circulantes	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.087	28.931	Fornecedores	9 e 18	11.875	8.362
Contas a receber de clientes	5	12.921	7.282	Empréstimos e Financiamentos	10	1.116	1.116
Contas a receber de parte relacionadas	5 e 18	754	660	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	11	2.143	1.907
Estoques		2.505	2.042	Tributos a Pagar	12	1.071	1.271
Tributos a recuperar	6	1.000	1.351	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13 e 18	3.791	3.685
Créditos nas operações de aquisição de gás	7 e 18	128	9.610	Débitos nas operações de venda de gás	14	71	206
Despesas antecipadas		175	219	Outros passivos	15	314	262
Outros ativos		66	805				
Total dos ativos circulantes		50.636	50.899	Total dos passivos circulantes		20.381	16.810
Não Circulantes				Não Circulantes			
Depósitos judiciais		215	198	Empréstimos e Financiamentos	11	-	1.116
Outros Ativos		993	993	Débitos nas operações de venda de gás	14	2.178	3.976
				Provisão para Contingências	16	1.346	1.446
Intangível	8	41.015	37.437				
Total dos ativos não circulantes		42.223	38.629	Total dos passivos não circulantes		3.524	6.539
				Patrimônio Líquido	17		
Total dos Ativos		92.859	89.528	Capital social		55.978	54.575
				Reserva de lucro		8.214	7.472
				Dividendos Adicionais Propostos	13	4.762	4.132
				Total do patrimônio líquido		68.954	66.180
				Total do passivo e patrimônio líquido		92.859	89.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

	Capital Social	Reserva de lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Reserva para Contingência			
SalDOS em 01 de Janeiro de 2017	53.667	5.556	909	2.311	2.719	-	65.163
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	17	909	(909)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(2.719)	-	(2.719)
Constituição de Reserva para Contingência		-	-	(2.311)	-	-	(2.311)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.256	10.256
Destinação de Lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal		513	-	-	-	(513)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	1.402	-	-	(1.402)	-
Dividendos adicionais propostos (1,78)	13	-	-	-	4.132	(4.132)	-
Juros sobre capital próprio (2,58)	13	-	-	-	-	(4.209)	(4.209)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	54.576	6.069	1.402	-	4.132	-	66.180
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	17	1.402	(1.402)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(4.132)	-	(4.132)
Reversão da reserva para contingência		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.236	11.236
Destinação do Lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal		562	-	-	-	(562)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	1.582	-	-	(1.582)	-
Dividendos adicionais propostos (2,99)	13	-	-	-	4.762	(4.762)	-
Juros sobre capital próprio (2,72)	13	-	-	-	-	(4.331)	(4.331)
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	55.978	6.632	1.582	-	4.762	-	68.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
 Em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas	233.637	188.295
Vendas de produtos e serviços	229.512	183.586
Outras receitas	4.126	4.709
Insumos adquiridos de terceiros	(138.969)	(110.371)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(117.143)	(91.994)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.826)	(18.377)
Valor adicionado bruto	94.699	77.924
Amortização	(5.613)	(5.215)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	89.056	72.708
Valor adicionado recebido em transferência	3.013	3.346
Receitas financeiras	3.013	3.346
Valor adicionado total a distribuir	92.069	76.054
Distribuição do valor adicionado Pessoal:	13.055	10.334
Remuneração direta	9.563	7.819
Benefícios	2.767	2.000
FGTS	725	514
Impostos, taxas e contribuições:	66.599	53.556
Federais	24.030	20.172
Estaduais	42.564	33.374
Municipais	5	10
Remuneração de capitais de terceiros:	1.178	1.908
Juros	220	957
Aluguéis	958	952
Remuneração de capitais próprios:	11.236	10.255
Juros sobre capital próprio	4.331	4.209
Dividendos	6.905	6.046
Valor adicionado distribuído	92.069	76.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 Em milhares de reais

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida - Venda de Gás	19	156.361	126.934
Receita de Construção (ICPC 01)	19	10.311	6.943
		166.672	133.877
Custo dos produtos vendidos	20	(125.119)	(99.369)
Custo de Construção (ICPC 01)	20	(10.311)	(6.943)
		(135.430)	(106.312)
Lucro bruto		31.242	27.565
Receitas (Despesas) operacionais		(21.712)	(18.187)
Despesas comerciais	21	(3.721)	(3.213)
Despesas gerais e administrativas	22	(15.923)	(14.764)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(2.068)	(210)
Lucro antes do resultado financeiro		9.530	9.378
Receitas financeiras	24	3.013	3.346
Despesas financeiras	24	(220)	(957)
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		12.323	11.767
Imposto de renda	25	(1.928)	(2.105)
Incentivo fiscal Sudene	25	1.481	1.402
Incentivo fiscal Sudene - Reinvestimento	25	101	-
Contribuição social	25	(741)	(808)
Lucro líquido do exercício		11.236	10.256
Lucro básico e diluído por ação	26	7,05	6,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA
 Em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.236	10.256
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Amortização	5.773	5.292
Reversão contingência trabalhista	(23)	-
Atualização líquida de top recuperável	(2.634)	-
Perda no recebimento de crédito	52	-
Atualização empréstimo	126	-
	14.531	15.190
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(4.990)	(1.673)
Contas a receber de parte relacionadas	(93)	(92)
Estoques	(464)	1.234
Tributos a recuperar	350	685
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	13.341	4.251
Despesas antecipadas	44	0
Outros ativos	37	(621)
Realizáveis a longo prazo	(16)	(55)
Aumento (Redução) nos ativos operacionais	3.513	1.881
Fornecedores	236	213
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	(725)	672
Tributos a pagar	(3.158)	155
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	53	(2.511)
Outros passivos	(80)	(451)
Outros não circulante		
Caixa proveniente das operações	22.579	19.597
Juros pagos empréstimo	(139)	228
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	22.440	19.825
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(9.351)	(6.836)
Baixa Intangível	-	362
Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(9.351)	(6.474)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(4.132)	(5.030)
Juros capital próprio pagos	(3.685)	(3.451)
Pagamentos de empréstimo (principal)	(1.116)	(1.116)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(8.933)	(9.597)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.156	3.753
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.931	25.177
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	33.087	28.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
 - Em milhares de Reais

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	11.236	10.256
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangente total do exercício	11.236	10.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 - Em milhares de Reais

1. Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os usuários e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 8 - Intangível; e
- Nota 16 - Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

3.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

iii. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iv. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

3.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

3.3. Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos

investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 8. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.4. Estoques

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades, refletindo o plano de negócios da Companhia para os períodos e exercícios seguintes, avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os estoques e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que

não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

3.7. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas reductoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

3.8. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas reductoras das receitas de vendas, vide nota explicativa nº 19.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais.

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Conforme nota explicativa nº 25 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE. O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

3.11. Receitas e Custos operacionais

a) Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja

envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da interpretação Técnica ICPC 01, como receita e custo operacional.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, entre outras, as despesas bancárias, juros e multas.

3.12. Benefício a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões;
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

3.13. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

3.14. Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.15. Novos Pronunciamentos Contábeis

a) CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os Administradores da PBGÁS avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos

significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

b) CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

Nota	31/12/2018		31/12/2017		Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.087	33.087	28.931	28.931	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber, líquidas	5	13.675	13.675	7.942	7.942	Empréstimos e recebíveis
Gás Pago E Não Retirado (Take Or Pay)	7	128	128	9.610	9.610	Valor justo por meio do resultado
		46.890	46.890	46.483	46.483	
Passivos (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	9	11.875	11.875	8.362	8.362	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Juros sobre capital próprio a pagar	13	3.791	3.791	3.685	3.685	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Gás Recebido E Não Entregue (Take Or Pay)	14	2.249	2.249	4.182	4.182	Valor justo por meio do resultado
		17.915	17.915	16.229	16.229	

Os Administradores da sociedade não identificaram necessidade de complemento da provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa e concluíram que a mensuração será mantida na mesma base adotada, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

c) CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Arrendamento

A Companhia possui contratos de aluguéis de máquinas impressoras, sede administrativa, almoxarifado e veículos.

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia realizou inventário em seus contratos de arrendamento e concluiu que aqueles relativos a aluguel de máquinas, impressoras e veículos estariam alcançados pela isenção da norma em função das vigências não superarem 12 meses.

Para os contratos da sede administrativa e do almoxarifado, a Administração avaliou a relevância para fins de reconhecimento como ativo conforme valor mensal dispendido para tal operação, entendendo por sua imaterialidade diante dos impactos nos números atualmente apresentados pela Companhia, bem como o custo de geração da informação ser maior que o benefício por ela agregado. Portanto, a Companhia não vislumbra impactos na adoção do CPC 06 (R2) para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa - fundo fixo	13	8
Bancos – conta movimento	9.141	887
Aplicações financeiras	<u>23.124</u>	<u>28.045</u>
Caixa e equivalentes de caixa	32.278	28.940
Valores em trânsito	809	(9)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>33.087</u>	<u>28.931</u>

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2018 girou em torno de 100% do CDI diário, sendo este o benchmark a ser atingido nas disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

5. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2018	31/12/2017	a. Por vencimento	
			31/12/2018	31/12/2017
Segmento automotivo	3.033	2.453		
Segmento industrial	8.354	3.706		
Segmento comercial	939	678		
Segmento residencial	579	434		
Subtotal	12.905	7.271		
Penalidade Contratual	16	11		
Contas a receber de clientes	<u>12.921</u>	<u>7.282</u>		
Segmento automotivo				
– partes relacionadas –	<u>754</u>	<u>660</u>		
Petrobras (NE 18)				
Contas a Receber de clientes partes relacionadas	754	660		
Conta a Receber de clientes e partes relacionadas	<u>13.675</u>	<u>7.942</u>		
			11.387	7.677
A Vencer				
1 a 30 dias				
Vencidos				
31 a 60 dias		275		224
61 a 90 dias		7		2
Acima de 90 dias		6		39
		<u>288</u>		<u>265</u>
Contas a receber de clientes			<u>13.675</u>	<u>7.942</u>

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 6 (R\$ 39 em 31/12/2017) que representam os títulos vencidos acima de 90 dias.

b. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)

O critério que a Companhia adota para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseado na análise individual do saldo de cada cliente. Esta provisão deverá ser realizada para cobrir as perdas estimadas na cobrança do "contas a receber de clientes", constituídas em montantes julgados suficientes. Para o ano de 2018 foi reconhecida perda de recebimento de crédito no valor de R\$ 52 em razão dos critérios adotados pela Companhia embasarem a tal prática e seguindo o que determina a lei 9.430/96 para ser considerada despesa do exercício.

Em 2018 e 2017 a Companhia não possuía saldo de PCLD registrado.

6. Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF	231	353
IRPJ Estimativa	521	481
IRPJ Saldo Negativo	-	110
CSLL Estimativa	222	351
CSLL Saldo Negativo	-	29
ICMS	26	27
	1.000	1.351

7. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2018	31/12/2017
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	128	9.610
	128	9.610

(a)Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação take-or-pay quando a retirada mínima de gás não é alcançada, em acordo com o estabelecido no contrato de compra de gás com a Petrobras. A Petrobras emite nota de débito equivalente a aplicação do preço de aquisição (sem ICMS) sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que a PBGÁS retirar volumes superiores ao mínimo exigido em contrato, definido em 70% da QDC.

Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas à Petrobras. Estes créditos são atualizados de acordo com a regra contratual de reajuste do preço do gás por parte da supridora, tendo como contrapartida aumento do ativo e receita operacional.

9. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedor de gás - Petrobras (nota 18)	9.026	6.392
Fornecedores de materiais e serviços	2.849	1.970
	11.875	8.362

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

10. Empréstimos e Financiamentos

A Companhia recebeu, em 02/12/2016, o repasse no valor total de R\$ 3.348 do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), proveniente de contrato de financiamento de obra de infraestrutura em rede de distribuição denominado, Projeto Borborema, na cidade de Campina Grande/PB. O montante será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com a primeira em 02/01/2017 e a última em 02/12/2019, com taxa de juros prefixada em 7,004% ao ano.

A fiança garantidora do financiamento foi emitida pelo Banco Bradesco S/A, com cobertura sobre o total do contrato do BNB, remunerada à taxa de 3% ao ano sobre o saldo devedor da operação - vis-à-vis, não havendo cláusula de índice financeiro (covenants). O total de juros pagos nos exercícios de 2018 e 2017 foi respectivamente de R\$ 139 e R\$ 228.

	31/12/2018	31/12/2017
Financiamento BNB - Circulante	1.116	1.116
Financiamento BNB - Não Circulante	-	1.116
	1.116	2.232

11. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	4	1
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	477	387
Provisão para férias e encargos	1.208	1.102
Participação nos lucros e resultados	454	417
	2.143	1.907

8. Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

a. Composição

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.080	(832)	248	1.080	(765)	314
Hardware	2.059	(1.487)	572	2.055	(1.323)	732
Rede de Distribuição	82.301	(61.970)	20.331	77.128	(58.496)	18.632
Ramais	37.716	(29.283)	8.433	33.355	(27.469)	5.887
Outros	2.519	(2.142)	377	2.400	(1.990)	410
Intangível em formação (*)	9.942	-	9.942	10.247	-	10.247
Intangível concessão	135.921	(95.714)	40.207	126.569	(90.043)	36.526
Direitos de uso de softwares	1.846	(1.038)	808	1.846	(935)	911
	137.767	(96.752)	41.015	128.415	(90.978)	37.437

(*) A conta "Intangível em formação" refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

	Taxa de Amortização % a.a. *	31/12/2018			31/12/2017			
		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final
Contratos de concessões								
Custo		126.569	9.351	135.920	120.128	6.803	(362)	126.569
Amortização	10	(90.043)	(5.670)	(95.713)	(84.852)	(5.191)	-	(90.043)
		36.526	3.681	40.207	35.276	1.612	(362)	36.526
Software e direito de uso								
Custo		1.846	-	1.846	1.813	33	-	1.846
Amortização	10	(935)	(103)	(1.038)	(834)	(101)	-	(935)
		911	(103)	808	979	(68)	-	911
Total do intangível		37.437	3.578	41.015	36.255	1.544	(362)	37.437

Foi apropriado como despesa com amortização no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 5.773 (R\$ 5.292 em 31/12/2017) e o total de adições no exercício líquido das baixas/transferências que afetaram o caixa foi de R\$ 9.351 (R\$ 6.474 em 31/12/2017).

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato.

12. Tributos a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
PIS a pagar	136	97
COFINS a pagar	628	450
INSS terceiros a pagar	203	134
IRRF a pagar	3	527
Outros tributos a pagar	101	63
	1.071	1.271

Assim, ficam à disposição dos acionistas no Patrimônio Líquido, em conformidade com a Resolução nº 1.398/12 do CFC, ITG 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o valor de R\$ 4.762 a título de dividendos adicionais propostos, em conformidade com proposta de distribuição integral do resultado do exercício de 2018, deduzidas a constituição da reserva legal e de incentivo fiscal, como demonstrado.

Os JSCP foram provisionados de acordo com a participação de cada acionista no capital da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

13. Dividendos e JSCP a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia decidiu, de acordo com a Lei nº 9.249/95, efetuar o crédito de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R\$ 4.331 foi contabilizado para fins fiscais como despesa financeira conforme determina a legislação.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	11.236	10.256
(-) Reserva legal	(562)	(513)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(1.582)	(1.402)
Lucro líquido a ser distribuído	9.093	8.341
Dividendos propostos pela Administração	4.762	4.132
JSCP	4.331	4.209
(-) IRRF JSCP	(540)	(524)
JSCP a pagar	3.791	3.685

Na AGE de 19/12/2018 foi aprovado o crédito de R\$ 4.331 de Juros Sobre Capital Próprio aos acionistas, com pagamento em 30/04/2019, que após a incidência de imposto de renda na fonte, resulta no registro no passivo circulante no montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios (resolução CFC nº 1.195/09).

	2018		
Acionistas	Juros	IRRF	Líquido a pagar
Estado da Paraíba	737	-	737
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	1.797	270	1.527
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	1.797	270	1.527
Total	4.331	540	3.791

	2017		
Acionistas	Juros	IRRF	Líquido a pagar
Estado da Paraíba	715	-	715
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	1.747	262	1.485
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	1.747	262	1.485
Total	4.209	524	3.685

Conforme 24ª AGO realizada em 13 de abril de 2018 foi aprovado à distribuição total dos dividendos do ano de 2017 com pagamento de JSCP no valor de R\$ 3.685 realizado no dia 30/04/2018 e dos dividendos adicionais propostos no valor total de R\$ 4.132 em duas parcelas iguais de R\$ 2.066 em 30/04/2018 e 28/09/2018.

14. Débitos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2018	31/12/2017
Conpel – Cia Nordestina de Papel	64	178
Petrobras Distribuidora S.A	-	20
Clientes diversos	7	8
Total circulante:	71	206
Cipatex do Nordeste S.A	-	1.277
Alpargatas S.A	10	840
Coteminas S.A	2.111	1.589
Refrescos Guararapes	57	-
Clientes diversos	-	270
Total não circulante:	2.178	3.976

Corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação take-or-pay quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGÁS emite nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural, (sem ICMS) aplicado sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e o usuário realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que o Cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas pelo Cliente. Estes débitos são atualizados de acordo com a regra contratual de reajuste do preço do gás por parte da supridora, tendo como contrapartida aumento do passivo e despesa operacional.

15. Outros passivos

	31/12/2018	31/12/2017
Penalidade Contratual (a)	312	229
Outros passivos	2	33
Total circulante	314	262

(a) Penalidade contratual: Refere-se à penalidade mensal não recuperável que tem por objetivo remunerar a estrutura de transporte de gás natural disponibilizada pela Petrobras. Sempre que a Companhia não realizar a retirada mínima de gás prevista contratualmente, a Petrobras emite nota de débito calculada pela diferença contratada e não retirada correspondente ao período, aplicando-se o valor unitário correspondente a parcela de transporte do preço de venda de gás pela Petrobras.

A redução de saldo se deve pela celebração do aditamento nº 7 junto à supridora que estabeleceu novo volume de referência para o cálculo da penalidade, reconhecida na rubrica de outras despesas operacionais sem direito à recuperação.

16. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2018 tem registrada provisão para perdas em processos de natureza tributária de R\$ 25, trabalhista o montante de R\$ 73 e de natureza cível no montante de R\$ 1.248, decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim demonstrada:

	31/12/2018	31/12/2017
Fiscal	25	25
Trabalhista	73	173
Cível	1.248	1.248
	1.346	1.446

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

(a) Cíveis: A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 1.248. Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
028.2008.000.028-5	15/01/2008	410
028.2011.000.231-9	21/03/2011	681
0000205-12.2016.815.0281	07/03/2016	157
		1.248
(b) Trabalhistas: A Companhia possui processos trabalhistas e baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão no montante de R\$ 73, considerado provável de perda.		
Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0001217-31.2016.5.13.0002	09/07/2016	7
0001632-08.2017.5.13.0025	21/11/2017	66
		73

Abaixo relação dos principais processos trabalhistas considerados como possíveis:

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0097500-61.2013.5.13.0022	09/07/2013	70
0097501-46.2013.5.13.0022	25/08/2014	1.637
0012900-42.2014.5.13.0000	28/05/2014	100
0000292-37.2015.5.06.0011*	10/03/2015	38
0000995-07.2016.5.06.0019*	25/07/2016	250
0001126-73.2016.5.06.0021*	04/08/2016	100
0001021-20.2016.5.06.0014*	25/07/2016	100
0000016-98.2016.5.13.0003*	08/01/2016	40
0000019-44.2016.5.13.0006*	08/01/2016	40
0000018-71.2016.5.13.0002*	08/01/2016	40
0000469-27.2016.5.13.0025*	28/03/2016	40
		2.455

*Responsabilidade subsidiária.

(c) Tributárias: A Companhia possui auto de infração lavrado pela Prefeitura Municipal e encontra-se em fase litigiosa.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
2012/000071-076091	28/12/2012	25

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está assim demonstrada:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	1.446	1.255
Provisões efetuadas	-	191
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(100)	(-)
	1.346	1.446

17. Patrimônio líquido
a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 55.978 (R\$ 54.575 em 31/12/2017), compostos por 1.593.932 (1.554.000 em 31/12/2017) ações sem valor nominal, sendo 531.312 (518.000 em 31/12/2017) ações ordinárias e 1.062.620 (1.036.000 em 31/12/2017) ações preferenciais, todas de classe única. O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	% Total de ações	Capital social 31/12/2018
					R\$
Estado da Paraíba	270.970	51,0	-	-	270.970
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	130.171	24,5	531.310	50	661.481
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	130.171	24,5	531.310	50	661.481
Total	531.312	100	1.062.620	100	1.593.932

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	% Total de ações	Capital social 31/12/2017
					R\$
Estado da Paraíba	264.180	51,0	-	-	264.180
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	126.910	24,5	518.000	50	644.910
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	126.910	24,5	518.000	50	644.910
Total	518.000	100	1.036.000	100	54.575

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2018 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 1.402 (909 em 31/12/2017), proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 39.932 (25.876 em 31/12/2017) ações, sendo 13.312 (8.624 em 31/12/2017) ordinárias e 26.620 (17.252 em 31/12/2017) preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b. Reserva de lucros

(i) **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) **Reserva de incentivos fiscais:** É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

(iii) **Reserva para reinvestimento:** Em 2018 a Companhia efetuou depósitos de acordo com a Lei 5.508/68, referente ao incentivo fiscal do Reinvestimento do Imposto de Renda. O saldo existente nesta reserva em dezembro de 2018, será utilizado para aumento de capital integralizado e após pleito e aceitação junto à SUDENE do referido benefício para deliberação em Assembleia de acionistas, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos. O benefício consiste em depósito, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A, referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios.

(iv) **Reserva para contingência:** É constituída por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado, conforme expressa o art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

18. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado no período de 12 (doze) meses em 2018 e 2017, relativas a operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Transações	BR Distribuidora		Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita de vendas	16.367	13.506	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de gás natural (*)	-	-	115.287	89.206	-	-	-	-	-	-
Contas a receber – Venda de gás natural	754	660	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito nas operações de aquis. de gás (*)	-	-	128	9.610	-	-	-	-	-	-
Fornecedor	-	-	9.026	6.392	-	-	-	-	-	-
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	-	-	1.527	1.485	1.527	1.485	737	715

(*) As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos

As transações de compra de gás natural estão garantidas através de contrato firmado entre a PBGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A em 1º de abril de 2009, bem como seus aditamentos, cuja quantidade de gás estabelecida é de 315.000 m³/dia a partir de dezembro de 2016, conforme estabelecido em seu 7º aditamento.

19. Receita líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta		
Gás automotivo	77.640	61.310
Gás combustível	129.929	106.404
Gás residencial	6.022	4.328
Gás comercial	5.972	4.601
(-) Impostos sobre faturamento		
ICMS	(42.564)	(33.370)
PIS	(3.617)	(2.914)
COFINS	(16.659)	(13.425)
Vendas Canceladas	(362)	-
Receita líquida	156.361	126.934
Receita de construção - ICPC 01	10.311	6.943

20. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2018	31/12/2017
Custo de gás natural (a)	(115.287)	(89.206)
Custo de distribuição	(4.650)	(5.411)
Amortização	(5.182)	(4.752)
	(125.119)	(99.369)
Custo de Construção – ICPC 01	(10.311)	(6.943)

(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Gás automotivo	(39.203)	(30.083)
Gás combustível	(72.290)	(56.472)
Gás residencial	(1.593)	(1.087)
Gás comercial	(2.201)	(1.564)
	(115.287)	(89.206)

21. Despesas comerciais

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(2.297)	(2.211)
Serviços de terceiros	(255)	(320)
Conversões de Clientes	(1.169)	(682)
	(3.721)	(3.213)

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(10.387)	(9.634)
Serviços de terceiros	(1.779)	(1.248)
Gerais e administrativas	(932)	(1.084)
Aluguéis	(680)	(730)
Viagens e representações	(356)	(254)
Amortização	(431)	(464)
Tributárias	(1.358)	(1.350)
	(15.923)	(14.764)

23. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Outras Receitas Operacionais		
Indenizações e ressarcimentos	-	5
Ganho na atualização das operações de gás	2.011	3.859
Receita de TOP	1.634	-
Outras receitas operacionais	318	472
Receita de penalidade contratual	163	374
	4.126	4.710

Outras Despesas Operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de provisões	(52)	(191)
Perda na atualização das operações de gás	(1.225)	(782)
Despesa de penalidade contratual	(4.900)	(3.529)
Indenizações e ressarcimentos	-	(15)
Outras despesas operacionais	(17)	(403)
	(6.194)	(4.920)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.	(2.068)	(210)
---	----------------	--------------

24. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	1.797	2.187
Juros/multas - Clientes	1.110	926
Outras receitas financeiras	106	233
	3.013	3.346
Despesas financeiras		
Juros e multas	(127)	(236)
Despesas bancárias	-	(40)
Descontos concedidos	(21)	(24)
Outras despesas financeiras	(72)	(657)
	(220)	(957)

25. Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela ADENE (Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste), atual SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	12.323	12.323	11.767	11.767
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	119	119	63	63
Provisões não dedutíveis	150	150	1.239	1.239
Reversão provisões	(100)	(100)	(-)	(-)
Reversão JSCP	(4.331)	(4.331)	(4.209)	(4.209)
(+/-). Outros	68	68	117	117
Total	8.229	8.229	8.977	8.977

Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
--	-----	----	-----	----

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.033)	(741)	(2.220)	(808)
---	---------	-------	---------	-------

Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:

(-) Incentivo PAT	49	-	54	-
(+/-). Outros	56	-	61	-

Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.928)	(741)	(2.105)	(808)
---	---------	-------	---------	-------

(-) Incentivos fiscais SUDENE	1.481	-	1.402	-
(-) Incentivos fiscais SUDENE – Reinvest.	101	-	-	-

Imposto de renda e contribuição social	(346)	(741)	(703)	(808)
--	-------	-------	-------	-------

Alíquota efetiva do IR e CSLL	4,2%	9%	7,8%	9%
-------------------------------	------	----	------	----

26. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações

ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	11.236	10.256
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.594	1.554
Lucro/ação (R\$/mil)	7,05	6,60

27. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) Acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 5 (cinco) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2018 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.040 (R\$ 969 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2018 e vigências até junho de 2019, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	8.500
Total Segurado	22.000

29. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não serem aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGÁS.

b) Risco de taxas de juros

Confirmamos que os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações contábeis.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros.

A Companhia não possui operações em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a esse tipo de risco.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

e) Derivativos

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

30. Eventos subsequentes

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis será aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião do dia 04 de abril de 2019. Não se evidenciam eventos subsequentes que sejam significativos para divulgação das suas demonstrações de Dezembro de 2018.

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2019.

Tatiana da Rocha Domiciano
Diretora Presidente

Giovane Silva da Rosa
Diretor Administrativo Financeiro

Paulo Sérgio de Sá Campos
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao DO. Diretor Presidente da
COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram o relatório em 31 de janeiro de 2018, com opinião sem ressalva sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Técnica e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

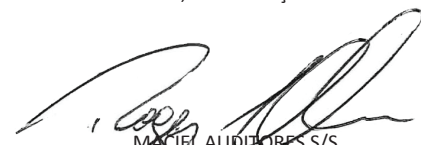
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de


apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2019



MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0 T-SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1CRC/RS 71.505/O-3 T-SP
Sócio Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC RS 59.628/O-3
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia 04 de abril de 2019, na sede social da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS, situada a em João Pessoa/PB, realizou-se a 46ª reunião do Conselho Fiscal da PBGÁS para examinar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social 2018 (Proposta DIREX nº 413/2019) e a proposta de Destinação do Lucro Líquido relativo ao exercício de 2017 (Proposta DIREX nº 414/2019). Após examinados todos os documentos, o Conselho Fiscal decide exarar o seguinte Parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS procederam o exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e, com base no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Maciel Auditores S/S, sem ressalvas, em 22 de março de 2019, concluem que as referidas Demonstrações Contábeis obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, **opinando favoravelmente** à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

2. Adicionalmente, o Conselho Fiscal **opina favoravelmente** à Proposta da Diretoria Executiva ao CAD nº 4144/2018, referendada pelo Conselho de Administração, através da Ata de sua 192ª Reunião, realizada em 04 de abril de 2019, referente à **destinação do Lucro Líquido do exercício 2018**, conforme segue:

Apresentação Lucro Líquido	2018 R\$
Lucro Líquido do exercício	11.235.973,62
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(561.798,68)
(-) Destinação para Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	(1.581.688,57)
Lucro à disposição dos Acionistas	9.092.486,37
Juros sobre Capital Próprio	4.330.920,78
Dividendo adicional à disposição da AGO	4.761.565,59

João Pessoa, 04 de abril de 2019.

**PAULO MÁRCIO SOARES MADRUGA
ELISABETE PENHA MAIA
TACIANA DANZI OLIVEIRA AMARAL ALVES**